

**Umoe Bioenergy S.A.**

CNPJ 03.445.208/0001-02

**Demonstrações Financeiras - Exercício findo em 31 de março de 2022 e período de 1 de janeiro de 2020 a 31 de março de 2021 (Em milhares de reais)**

Balanco patrimonial 31 de março de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			Demonstrações dos fluxos de caixa		
	Nota	2022	2021		
<b>Ativo</b>				<b>Demonstração do resultado</b>	Nota 31/03/2022 31/03/2021
<b>Circulante</b>		<b>231.274</b>	<b>246.178</b>	Receita operacional líquida	22 555.620 494.098
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.545	47.120	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	23 (419.378) (352.612)
Contas a receber - cooperativa	6	19.451	36.473	Despesas com vendas	23 158.242 141.486
Contas a receber de clientes	1	1.444	1.595	Despesas gerais e administrativas	23 (18.713) (18.904)
Estoque e adiantamento a fornecedores	7	73.105	44.422	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24 971 (2.487)
Ativos biológicos	10	93.447	111.203	Lucro operacional	110.926 109.245
Tributos a recuperar	8	7.161	1.692	Resultado financeiro	
Outros ativos	11	3.121	3.673	Despesas financeiras	25 (49.201) (76.631)
<b>Não circulante</b>		<b>966.742</b>	<b>786.228</b>	Receitas financeiras	25 49.270 3.426
Tributos a recuperar	8	467	102	Resultado financeiro, líquido	69 (73.205)
Depósitos judiciais	20	2.660	2.117	Lucro antes do IR e da contribuição social	110.995 36.040
Outros ativos	11	5.108	5.520	Lucro líquido do exercício/período	14 (10.759) (2.695)
Investimentos	9	8.235	7.739	Lucro líquido do exercício/período	100.236 33.345
Imobilizado	12	475.417	468.381	<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	31/03/2022 31/03/2021
Direito de uso de ativos	13	468.835	302.202	Lucro líquido do exercício/período	100.236 33.345
				Total do resultado abrangente do exercício/período	100.236 33.345

**Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de março de 2022 e período de 1 de janeiro de 2020 a 31 de março de 2021**

1. **Contexto operacional** - A UMÖE BIOENERGY S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Sandovalina, Estado de São Paulo. Tendo como sua controladora UBE GRUPPEN ASA, a Companhia tem por objeto social (i) a industrialização de açúcar, biodiesel, álcool e outros derivados de cana-de-açúcar para comercialização no Brasil e no exterior, por meio de importação e exportação; (ii) a exploração de lavouras canavieiras em terras próprias ou de terceiros; (iii) a exploração de atividades agropecuárias em geral; (iv) a realização de operações portuárias; (v) a geração de eletricidade a partir de qualquer fonte criada ou resultante da cana-de-açúcar ou outros produtos agrícolas; e (vi) a prestação de serviços de consultoria em engenharia, em especial em atividades relacionadas à pecuária de leiteiros, cana-de-açúcar utilizada no processo de colheita em terras próprias, arrendadas e de parceiras da região oeste do Estado de São Paulo. A Companhia possui sua unidade industrial localizada no município de Sandovalina - SP na região do Paranapanema. A capacidade instalada de moagem é de 2.600 toneladas de cana/ano. No ano de 2020, a assembleia geral da Companhia deliberou pela alteração do seu exercício social, para início em 1 de abril de cada ano e com encerramento em 31 de março do ano seguinte (anteriormente início em 1 de janeiro de cada ano e com encerramento em 31 de dezembro). Como consequência dessa alteração de exercício social, os valores apresentados de forma comparativa das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de março de 2021 correspondem à 12 meses enquanto o exercício corrente compreende a 12 meses.

**Impactos da Covid-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia** - A Covid-19 impactou significativamente a economia mundial a partir de 2020 e pode continuar impactando nos próximos anos. Muitos países impuseram proibições de viagens a milhões de pessoas e, além disso, pessoas em muitos locais estão sujeitas a medidas de quarentena. As empresas estão lidando com receitas perdidas e cadeias de suprimentos interrompidas. Alguns países têm realizado restrições em resposta à pandemia e, como resultado da interrupção das empresas, milhões de trabalhadores perderam seus empregos. A pandemia da Covid-19 também resultou em uma volatilidade significativa nos mercados financeiros e de commodities em todo o mundo. Vários governos anunciaram e implementaram medidas para prestar assistência financeira e não financeira às entidades afetadas. Essas entidades tem apresentado desafios às entidades na elaboração de suas demonstrações financeiras de acordo com a normas internacionais de contabilidade (IFRS). Esta publicação fornece um lembrete dos requisitos de divulgação existentes que devem ser considerados ao relatar os efeitos financeiros da pandemia da Covid-19 nas demonstrações financeiras em IFRS. Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de março de 2022, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas demonstrações financeiras. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e em suas demonstrações financeiras.

2. **Sumário das principais práticas contábeis - 2.1. Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores, objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 13 de maio de 2022. **2.2. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas e instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo por meio de resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais (reais) da Companhia usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data de apresentação das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio apurada naquela data. Os ganhos ou perdas cambiais em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **2.4. Instrumentos financeiros** - O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio de Resultados do Exercício (categoria residual). A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos: O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado. **2.4.1. Mensuração** - Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la. A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde: • Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro; • Menos as amortizações e (ii) mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva. Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente. **2.4.2. Reconhecimento** - As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrem. **2.4.3. Desreconhecimento** - Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; ou • A Companhia transfereu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atrazo significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem recebeu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato foi liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Os ativos financeiros da Companhia incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e cooperativa, adiantamento a fornecedores. Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos e parcerias agrícolas e partes relacionadas. A Companhia não possui transações de Hedge Accounting em 31 de março de 2022 e 2021.

**2.4.4. Outros passivos financeiros** - Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos) que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **2.4.5. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** - A Companhia reconhece uma provisão para perdas esperadas de crédito para todos os instrumentos de dívida que não são mantidos pelo valor justo por meio do resultado. As provisões baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma aproximação da taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito de acordo com os termos contratuais. Um ativo financeiro é baixado do balanço quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A "provisão para perdas de crédito esperado", é constituída em montante considerado suficiente pela Diretoria para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leve em consideração avaliação do risco associado às operações e os títulos vencidos há mais de 180 dias, e com base na experiência histórica de perdas sobre recebíveis, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **2.4.6. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo, com baixo risco de perda de valor em caso de resgate antecipado, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária e baixo risco de crédito. **2.4.7. Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de 12 meses a partir da data da provisão. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.4.8. Adiantamento a fornecedores** - Os adiantamentos efetuados a fornecedores de materiais, cana-de-açúcar e a parceiros agrícolas são demonstrados ao custo. Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar são alocados aos estoques e serão convertidos em matéria-prima quando do recebimento de cana-de-açúcar na safra seguinte. **2.4.9. Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos. **2.5. Depósitos judiciais** - Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. **2.7. Imobilizado** - O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, levando em conta a segregação entre os gastos de capital e gastos do período, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 12. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. **2.8. Arrendamentos** - A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2019, adotou o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso foi reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo. Isenções operacionais são reconhecidas diretamente no custo dos produtos vendidos. Os custos de baixa valor. A informação comparativa apresentada para 31 de dezembro de 2018 segue o CPC 06 e interpretações relacionadas, seguindo a abordagem retrospectiva modificada. A luz da referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado foi que a Companhia reconheceu novos ativos e passivos para suas parcerias agrícolas. Seguem os detalhes das mudanças nas políticas contábeis: **i) Arrendamento. Definição CPC 06 (R2)** - A Companhia adotava a definição de arrendamento conforme ICPCC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Agora, de acordo com o CPC 06 (R2), considera arrendamento todo contrato que lhe transfere o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período, mediante um pagamento mínimo garantido. Diante do exposto, os contratos de parceria agrícola foram contabilizados como arrendamentos, não obstante possuam natureza jurídica diversa. **ii) Arrendatária** - A Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, descontados a partir da taxa de juros dos empréstimos da Umoe Bioenergy S.A. (taxa média ponderada de 9,13%a.a.); e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses, ou ainda aquelas cuja determinação do valor mínimo garantido não pôde ser mensurada com razoável segurança. A depreciação do direito de uso foi registrada como despesa de acordo com a efetiva utilização do ativo. **iii) Arrendadora** - Não houve alteração na forma de contabilização de contratos em que a Companhia figura como arrendadora. Os impactos da adoção da norma estão detalhados na Nota 13. **2.9. Provisões** - As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se esperam auferir de um contrato sejam menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato. **2.10. Benefícios a funcionários - Participação nos lucros e bônus** - O reconhecimento desta participação é efetuado mensalmente e ajustado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. **2.11. Reconhecimento de receita** - (i) Venda de produtos - etanol - As receitas de venda de etanol estão registradas na Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986. **ii) Venda de produtos - energia elétrica e outros** - As receitas decorrentes da venda de produtos - Energia Elétrica ou mercadorias são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia. Os preços de venda são fixados com base em ordens de compra ou contratos. Bens ou serviços cujo pagamento é feito antecipadamente são registrados como receita diferida sob o título de outras obrigações e contabilizados como receitas mediante a entrega de bens ou prestação de serviços. **2.12. Operações com cooperativa** - As receitas auferidas e as despesas incorridas nas operações por conta de cooperadas e nas atividades de apoio e administração efetuadas pela cooperativa, são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986. **2.13. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidadas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **2.14. Aspectos ambientais** - As instalações operadas pela Companhia e suas atividades operacionais são ambas sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e sistemas. **2.15. Classificação circulante e não circulante** - Os ativos e passivos são registrados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como ativo circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, e decurso normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como passivo circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais passivos são classificados no não circulante. **2.16. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** - Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022 - A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de abril de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou altera-

ção que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48** - Reforma do CPC 38 e 48 foram exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída por uma alternativa para uma taxa quase que livre de risco. Essas alterações não impactaram nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021** - As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados com consequência direta da pandemia Covid-19. Essas alterações não impactaram nas demonstrações financeiras da Companhia, visto que ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19. **2.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes** - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir: • Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro para o CPC 50 Contrato de Seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações financeiras.

3. **Use de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As demonstrações financeiras da Companhia incluem estimativas referentes às provisões necessárias para instrumentos financeiros, estimativa de vida útil e avaliação do valor recuperável para o ativo imobilizado, reconhecimento de receita, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos e provisão para riscos e contingências. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As estimativas e premissas que representam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos** - A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)** - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) como demonstrado na Nota 12. **c) Ativos biológicos** - Os ativos biológicos são reconhecidos ao valor justo na data de balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores justos entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos. A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer a exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes às soqueiras, que geram vânicas colheitas e a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. Utilizou-se o Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) para descontar o fluxo de caixa ao valor presente, conforme detalhado na Nota 10. **d) Provisões para contingências** - Nota 20. **4. Determinação do valor justo** - Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração de ativos e passivos não financeiros. Quando não for aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ao nível) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. No exercício das demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3. **(i) Ativos biológicos (Nível 3)** - Nota 3. e. e Nota 10. **(ii) Contas a receber (Nível 1)** - o valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente do fluxo de caixa futuro, descontado pela taxa de juros de mercado apurada na data de apresentação das demonstrações financeiras; **(iii) Empréstimos e financiamentos (Nível 1)** - o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

	31/03/2022	31/03/2021
<b>5. Caixa e equivalentes de caixa</b>	31.400	40.954
Bancos contas correntes	2.105	6.166
Depósitos bancários de curto prazo	31.400	40.954
	33.545	47.120

Os depósitos bancários de curto prazo possuem remuneração média de 10,0% e Certificado de Depósito Bancário (CDB/CDJ) em 31 de março de 2022 e 2021.

**6. Contas a receber - cooperativa** - Em 31 de março de 2022, o saldo de R\$ 19.451 (R\$ 36.473 em 31 de março de 2021), derivam de operações com a Cooperar S.A. A Companhia avaliou os saldos do contas a receber e julgou não haver riscos relevantes de perdas nestes créditos, portanto, nenhuma provisão de perda foi reconhecida em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021.

	31/03/2022	31/03/2021
<b>7. Estoques e adiantamentos a fornecedores</b>		
Produtos acabados	598	287
Materiais de almoxarifado e insumos agrícolas	23.634	11.916
Mercadorias em poder de terceiros	12.354	4.221
Provisão para perdas com itens obsoletos	797	903
Adiantamentos a parceiros e fornecedores de cana de açúcar	40.000	53.531
Adiantamento a fornecedores de materiais e serviços	18.078	2.488
Provisão para perdas em adiantamentos	(20.763)	(27.418)
	73.105	44.422

Adiantamentos a fornecedores de cana ou materiais e serviços são realizados por meio dos pagamentos ou serviços prestados. Esses adiantamentos são considerados como ativos não monetários e não derivativos e inicialmente reconhecidos a valor justo, registrados como ativo circulante. Os adiantamentos de cana são liquidados com base nos volumes de cana-de-açúcar entregue. Quando aplicável, uma provisão para perdas é registrada em um montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas estimadas decorrentes da não entrega da cana-de-açúcar. A Companhia calcula a provisão com base em condições econômicas existentes e análise de conta específica dos fornecedores com risco de não entregar a cana-de-açúcar

	31/03/2022	31/03/2021
<b>8. Contas a receber</b>	19.451	36.473
Produtos acabados	598	287
Materiais de almoxarifado e insumos agrícolas	23.634	11.916
Mercadorias em poder de terceiros	12.354	4.221
Provisão para perdas com itens obsoletos	797	903
Adiantamentos a parceiros e fornecedores de cana de açúcar	40.000	53.531
Adiantamento a fornecedores de materiais e serviços	18.078	2.488
Provisão para perdas em adiantamentos	(20.763)	(27.418)
	73.105	44.422

Adiantamentos a fornecedores de cana ou materiais e serviços são realizados por meio dos pagamentos ou serviços prestados. Esses adiantamentos são considerados como ativos não monetários e não derivativos e inicialmente reconhecidos a valor justo, registrados como ativo circulante. Os adiantamentos de cana são liquidados com base nos volumes de cana-de-açúcar entregue. Quando aplicável, uma provisão para perdas é registrada em um montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas estimadas decorrentes da não entrega da cana-de-açúcar. A Companhia calcula a provisão com base em condições econômicas existentes e análise de conta específica dos fornecedores com risco de não entregar a cana-de-açúcar

	31/03/2022	31/03/2021
<b>9. Investimentos</b>	8.235	7.739
Imposto de renda e contribuição social - IRPJ e CSLL	3.914	226
Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - PIS e COFINS	2.426	781
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	945	471
Outros	343	316
	7.628	1.794
Circulante	(7.161)	(1.692)
Não circulante	467	102

Investimentos - Os investimentos são registrados, substancialmente, os valores relativos às cotas de participação na Cooperar S.A., registrada a preço de custo. O percentual de participação da Companhia na investida é de 2,5% em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021. A movimentação do saldo de investimentos é apresentada abaixo:

	31/03/2022	31/03/2021
Saldo inicial	6.655	3.331
Reversão	(20.865)	(27.418)
Saldo final	(14.210)	(24.087)

**8. Tributos a recuperar**

	31/03/2022	31/03/2021
Imposto de renda e contribuição social - IRPJ e CSLL	3.914	226
Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - PIS e COFINS	2.426	781
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	945	471
Outros	343	316
	7.628	1.794
Circulante	(7.161)	(1.692)
Não circulante	467	102

**9. Investimentos** - Os investimentos são registrados, substancialmente, os valores relativos às cotas de participação na Cooperar S.A., registrada a preço de custo. O percentual de participação da Companhia na investida é de 2,5% em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021. A movimentação do saldo de investimentos é apresentada abaixo:

	31/03/2022	31/03/2021
Saldo inicial	6.655	3.331
Reversão	(20.865)	(27.418)
Saldo final	(14.210)	(24.087)

**8. Tributos a recuperar**

	31/03/202
--	-----------

Continuação - Os saldos estimados de arrendamentos e parcerias agrícolas registrados no passivo não circulante tem a seguinte composição de vencimento: 31/03/2022 75.631 De 01/04/2023 a 31/03/2024 61.772 De 01/04/2025 a 31/03/2027 48.415 De 01/04/2026 a 31/03/2026 36.796 De 01/04/2027 a 31/03/2028 29.794 De 01/04/2028 a 31/03/2029 23.694 De 01/04/2029 a 31/03/2030 19.093 A partir de 01/04/2030 56.469

Impostos sobre serviços - ISS 113 273 Outros 27 130 43.533 51.771 Circulante 14.212 13.742 Não circulante 29.321 37.975 (i) Valor corresponde a parcelamentos administrativos de INSS, IRRF, ICMT, FGTS, e ISS celebrados junto aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal. 31/03/2022 31/03/2021 1.289 985 FCTs - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço 1.011 1.593 INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social 19 19 Contribuições sindicais 3.977 3.271 Provisão para férias 809 577 Acordos em processos trabalhistas (i) 13.135 19.713 20.436 26.130 Circulante 15.593 14.158 Não circulante 4.843 11.972 20.436 26.130

de destaque de créditos tributários sobre transferências entre unidades. As contingências classificadas com probabilidade de perda como possível estimadas pelos assessores jurídicos e pela Administração são de R\$ 917 em 31 de março de 2022 (R\$917 em março de 2021) e correspondem substancialmente a processos trabalhistas. 21. Patrimônio líquido - Capital social - Em 31 de março de 2022, o capital social é de R\$ 251.035.501 (R\$1.379.866 em 31 de março de 2021), e está dividido em 25.103.550/117 (137.986.586 em 2019) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 15 de junho de 2021, foi aprovada a redução voluntária de capital social mediante absorção de prejuízos acumulados no montante total de R\$ 1.128.828, cancelando as ações correspondentes à redução de capital ora efetuada. Reservas - Reserva legal - Constituída com 20% do lucro líquido no montante de 5%, limitada a 20% do capital social e tem por fim assegurar a integridade do capital social, podendo ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar capital. Em 31 de março de 2022 a Companhia constitui reserva de R\$ 5.012. Em 31 de março de 2021 em função dos prejuízos acumulados não foi constituído nenhum valor de reserva legal. Reserva de lucros - Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados e tem finalidade de capitalização da Companhia para futuras destinações. Distribuição de dividendos - Conforme estatuto social a Companhia é obrigada a distribuir dividendos mínimos obrigatórios de 0,001% do lucro apurado em cada exercício. Em ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de fevereiro de 2022 foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$ 12.498. Em função do prejuízo apurado em 2021, nenhum valor de dividendos foi distribuído. Juros sobre capital próprio - Em ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de março de 2021, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 8.826. No exercício findo em 31 de março de 2021, não houve qualquer pagamento de juros sobre capital próprio. 22. Receita operacional líquida 31/03/2022 31/03/2021 Mercado interno 597.203 547.511 Mercado externo 29.266 22.779 Tributos sobre vendas (70.809) (76.192) Receita operacional líquida 556.520 494.098 24. Abertura dos custos e despesas por natureza 31/03/2022 31/03/2021 Depreciação 31.742 40.757 Amortização planta portadora 65.390 68.154 Amortização gastos de infraestrutura 40.357 42.798 Colheita de cana de açúcar 111.203 60.429 Amortização de direito de uso 63.851 76.640 Mão de obra - contratação, benefícios 2.410 27.566 Adubos, fertilizantes, defensivos, insumos 4.808 4.471 Peças/serviços de manutenção 19.693 19.012 Cana-de-açúcar de terceiros 17.885 15.700 Combustíveis, lubrificantes, pneumáticos 9.085 9.693 Serviços de terceiros 7.738 13.752 Cooperativas 8.544 11.892 Gastos com transportes de terceiros 30.758 32.683 Impostos, taxas e contribuições 460 1.540 Liquidação de energia elétrica - mercado (4.178) 2.225 Energia elétrica adquirida na rede (lastror) 121 285 Variação valor justo do ativo biológico (16.570) (58.697) Outros custos e despesas 10.358 13.466 445.665 382.366

Rendimento aplicações financeiras 2.693 185 Variação cambial ativa sobre financiamentos 21.939 -9 Variação cambial ativa sobre partes relacionadas 24.379 2.919 Descontos obtidos, juros recebidos e outras 259 322 49.270 3.426 Resultado financeiro líquido 69 (73.205) 26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - Visão geral - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado (preço e taxa de juros); • Risco operacional; e • Risco de estrutura de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, nos objetivos da Companhia, políticas de processos para mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas em longo dessas demonstrações financeiras. Estrutura de gerenciamento de risco - A Companhia dispõe de uma política de gestão de riscos que define as metodologias e instrumentos a serem aplicados para o permanente controle dos riscos aos quais ela está exposta. Tal política visa a criar mecanismo que permitam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, através da utilização de proteção para ativos e passivos. Os procedimentos e instrumentos utilizados para tal são avaliados pela administração e posteriormente propostos para aprovação do Conselho de Administração. Em 31 de março de 2022 e 2021, a Companhia não possui operações de hedge (instrumentos financeiros derivativos) em aberto. Instrumentos de gestão de riscos - a) Risco de crédito - A gestão do risco de crédito da Companhia é relacionada a clientes, no que pertence ao negócio de etanol hidratado e etanol anidro e centrada no relacionamento com a Cooperativa S.A. e suas controladas e com a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo Ltda. Para os demais negócios, subprodutos como bagaço de cana-de-açúcar e energia elétrica, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. b) Risco de liquidez - A Companhia opera com um nível de liquidez em grau de liquidez considerado adequado às suas operações e utiliza diversas fontes de recursos para o financiamento de suas atividades. Para suprir possíveis deficiências de liquidez ou descasamentos entre as disponibilidades com montantes vinculados no curto prazo, a Companhia conta com bons relacionamentos junto aos bancos comerciais atuantes no país, assim como com a possibilidade de obtenção de recurso junto ao seu controlador, UBE GRUPPEN AS. c) Risco de mercado - taxas de juros - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. d) Risco de mercado - preço - Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia, principalmente do etanol anidro e hidratado. A Administração avalia constantemente o mercado desses produtos e expectativas de preços, gerenciando o processo produtivo para os produtos com taxas de retornos esperadas mais atrativas. e) Risco operacional - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de erros humanos em processos, falhas de sistemas, falhas tecnológicas e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto risco de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. f) Risco de estrutura de capital - Decorre da escolha entre capital próprio (aporte de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

14. Imposto de renda e contribuição social - a) Imposto de renda e contribuição social diferida - Em 31 de março de 2022, a Companhia possui prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social nos montantes de R\$ 1.046.986 e R\$ 1.047.053, respectivamente (em 31 de março de 2021, R\$ 1.020.544 e R\$ 1.020.611, respectivamente). A Administração não registrou os saldos de diferidos ativos e passivos, decorrentes a prejuízo fiscal, bases negativas e diferenças temporárias, visto que estes não atendem completamente às prerrogativas do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, para o seu reconhecimento. b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social 31/03/2022 31/03/2021 Lucro antes do IR e da contribuição social 110.995 36.040 IR e contribuição social às alíquotas vigentes (34%) (37.378) (12.254) Ajustes para demonstração de taxa efetiva: JCP sobre capital próprio - JCP 3.001 3.001 Outros benefícios permanentes - JCP 4.454 (363) Imposto diferido sobre diferenças temporárias não constituído 28.521 12.733 Imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1) (8.990) (2.811) Despesa de imposto de renda e contribuição social (10.759) (2.695) (1) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia, o qual não é registrado em virtude de não atendimento completo das prerrogativas do CPC 32. 15. Fornecedores 31/03/2022 31/03/2021 Equipamentos, materiais e serviços 51.818 49.735 Cana-de-açúcar 4.128 5.876 59.946 55.611 Circulante 53.400 50.072 Não circulante 2.546 5.539 55.946 55.611

19. Partes relacionadas - Os passivos registrados junto à Controladora UBE GRUPPEN AS de R\$167.644 (R\$173.876 em março de 2021) referem-se a recursos recebidos para investimento em ativos biológicos e cobertura de capital de giro. A partir do exercício iniciado em abril de 2021 um dos contratos de mútuo entre a Companhia e sua controladora está sujeito a encargos financeiros apurados pela variação do certificado de depósito interbancário (CD) segundo o spread de 1% ao incidentes sobre o saldo devedor. O contrato de mútuo entre a Companhia e sua controladora não está sujeito a encargos financeiros, em função da controladora ser detentora da maioria dos recursos de capital social da Companhia. A movimentação do ano está demonstrada a seguir: 31/03/2022 31/03/2021 Con- trato 1º Con- trato 2º Total Con- trato 1º Con- trato 2º Total Saldo inicial 103.196 70.680 173.876 103.196 43.360 146.556 Despesas apropriadas - - - - 6.108 6.108 Variação cambial apropriada - (14.333) (14.333) - 21.212 21.212 Juros apropriados 7.201 - 7.201 - - - Saldo final 110.397 57.247 167.644 103.196 70.680 173.876 Circulante 9.781 - 9.781 - - - Não Circulante 157.865 - 157.865 - - - Total 167.644 - 167.644 - - - 20. Provisão para contingências - A Companhia tem processos judiciais de natureza trabalhista, civil, fiscal e tributária decorrente do curso normal de suas atividades. A Administração, baseada na opinião de seus advogados e outras evidências, constituiu provisão para aqueles processos, cujo desfecho é estimado como desfavorável à Companhia e cujo montante possa ser estimado com razoável segurança. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências: 31/03/2022 31/03/2021 Depósitos Judiciais 2.489 2.117 15.322 13.396 Trabalhistas e previdenciárias 4.885 - 4.885 4.577 Cíveis - - 2.768 2.768 Ambientais 17 - - - 196 Tributárias 417 - - - 196 2.660 2.117 25.003 23.077 A movimentação da provisão para demandas judiciais com risco de perda "pro-vel", em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021, está assim representada: 31/03/2022 31/03/2021 Contingências Contingências trabalhistas e gências previdenciárias cíveis ambientais Total Saldo em 1º/01/2020 11.783 1.226 11.363 24.372 Adições 4.315 11.369 6.238 21.922 Reversões (2.702) (12.138) (8.377) (23.217) Saldo em 31/03/2021 13.396 457 9.224 23.077 Adições 3.369 - - 3.369 Reversões (1.443) - - (1.443) Saldo em 31/03/2022 15.322 457 9.224 25.003

24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas 31/03/2022 31/03/2021 Reversão (provisão) para demandas judiciais 1.926 (1.295) Reversão (provisão) para perdas de estoques 107 (385) Provisão para perdas com adiamento a fornecedores (6.655) (3.331) Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa (61) 247 Baixas definitivas de contratos agrícolas 233 2.441 Acordado na baixa de imobilizado 237 (566) Resultado em processos trabalhistas (Nota 19) 10.561 5.566 Reversão (provisão) para despesas de juros sobre capital próprio (7.322) (3.309) Dividendos recebidos (ii) - 3 Outros receitas líquidas 3 1.340 (971) 2.487 (j) A Companhia através da Cooperus aderiu ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras (Reintegra). (ii) Os dividendos distribuídos no exercício findo em 31/03/2022 decorrentes do investimento mantido junto à Cooperus, e registrados nas demonstrações financeiras à custo, foram capitalizados no montante de R\$ 6.349, sendo o saldo remanescente dessa distribuição recebido integralmente na mesma data no valor de R\$ 972. Para o exercício findo em 31/03/2021 o valor registrado como dividendos foi integralmente recebido. 25. Resultado financeiro líquido 31/03/2022 31/03/2021 Despesa financeira (13.758) (19.419) Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (10.767) (6.362) Variação cambial passiva sobre financiamentos (7.201) (6.108) Despesas financeiras sobre partes relacionadas (7.201) - Juros sobre partes relacionadas (10.946) (24.131) Variação cambial passiva sobre partes relacionadas (6.529) (20.611) Outras despesas financeiras (49.201) (76.631) Receita financeira Gustavo Di Serio Dias - Diretor Financeiro

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - Visão geral - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado (preço e taxa de juros); • Risco operacional; e • Risco de estrutura de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, nos objetivos da Companhia, políticas de processos para mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas em longo dessas demonstrações financeiras. Estrutura de gerenciamento de risco - A Companhia dispõe de uma política de gestão de riscos que define as metodologias e instrumentos a serem aplicados para o permanente controle dos riscos aos quais ela está exposta. Tal política visa a criar mecanismo que permitam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, através da utilização de proteção para ativos e passivos. Os procedimentos e instrumentos utilizados para tal são avaliados pela administração e posteriormente propostos para aprovação do Conselho de Administração. Em 31 de março de 2022 e 2021, a Companhia não possui operações de hedge (instrumentos financeiros derivativos) em aberto. Instrumentos de gestão de riscos - a) Risco de crédito - A gestão do risco de crédito da Companhia é relacionada a clientes, no que pertence ao negócio de etanol hidratado e etanol anidro e centrada no relacionamento com a Cooperativa S.A. e suas controladas e com a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo Ltda. Para os demais negócios, subprodutos como bagaço de cana-de-açúcar e energia elétrica, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. b) Risco de liquidez - A Companhia opera com um nível de liquidez em grau de liquidez considerado adequado às suas operações e utiliza diversas fontes de recursos para o financiamento de suas atividades. Para suprir possíveis deficiências de liquidez ou descasamentos entre as disponibilidades com montantes vinculados no curto prazo, a Companhia conta com bons relacionamentos junto aos bancos comerciais atuantes no país, assim como com a possibilidade de obtenção de recurso junto ao seu controlador, UBE GRUPPEN AS. c) Risco de mercado - taxas de juros - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. d) Risco de mercado - preço - Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia, principalmente do etanol anidro e hidratado. A Administração avalia constantemente o mercado desses produtos e expectativas de preços, gerenciando o processo produtivo para os produtos com taxas de retornos esperadas mais atrativas. e) Risco operacional - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de erros humanos em processos, falhas de sistemas, falhas tecnológicas e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto risco de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. f) Risco de estrutura de capital - Decorre da escolha entre capital próprio (aporte de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

16. Empréstimos e financiamentos Encargos financeiros incidentes 31/03/2022 31/03/2021 Capital de Giro Juros de 5% a 24% a.a. 12.886 40.746 Capital de Giro Variação de 100% a 118% do CDI 10.078 - - Capital de Giro Variação do CDI mais juros de 3,4% a 5,87% a.a. 81.676 97.960 Finame Juros de 9,5% a 18% a.a. 15.512 19.868 Saldo final 110.074 168.652 Circulante 31.468 59.915 Não circulante 78.606 108.737 110.074 168.652 A movimentação do ano está demonstrada a seguir: 31/03/2022 31/03/2021 Coope- Bancos rativa Total Bancos rativa Total Saldo inicial 158.573 10.079 168.652 259.799 77.777 336.786 Captação 11.618 87.768 99.386 105.558 234.202 339.578 (-) Pagamentos do principal (48.294) (97.823) (146.117) (208.848) (300.034) (508.882) (-) Pagamentos de juros (13.212) (1.221) (14.433) (20.705) (3.996) (24.701) Juros apropriados 12.561 1.197 13.758 16.407 3.012 19.419 Variação cambial apropriada (11.172) - (11.172) 6.362 - 6.362 Saldo final 110.074 - 110.074 159.573 10.079 168.652 Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de março de 2022 têm a seguinte composição, por ano de vencimento: 31/03/2022 18.714 De 01/04/2023 a 31/03/2024 16.161 De 01/04/2025 a 31/03/2026 12.443 De 01/04/2026 a 31/03/2027 11.786 De 01/04/2027 a 31/03/2028 11.302 De 01/04/2028 a 31/03/2029 8.200 78.606 Foram oferecidas garantias as operações de empréstimos e financiamentos da Companhia, sendo para operações de Finame, os próprios bens financiados, e para as operações de capital de giro, cartas-fianças e cessão fiduciária de recebíveis, máquinas e equipamentos. A companhia está sujeita ao cumprimento de certas cláusulas contratuais "Covenants" que exigem a manutenção de determinados níveis de seus indicadores financeiros que devem ser apurados ao final de cada exercício financeiro. Em 31 de março de 2022 e 2021 todas as obrigações foram cumpridas. 17. Tributos a recolher 31/03/2022 31/03/2021 Tributos parcelados (i) 32.563 40.257 Imposto de renda relativo ao fonte 8.916 7.727 INSS 1.914 2.011 Imposto de renda e contribuição social sobre lucro - 1.319

Con- trato 1º Con- trato 2º Total Con- trato 1º Con- trato 2º Total Saldo inicial 103.196 70.680 173.876 103.196 43.360 146.556 Despesas apropriadas - - - - 6.108 6.108 Variação cambial apropriada - (14.333) (14.333) - 21.212 21.212 Juros apropriados 7.201 - 7.201 - - - Saldo final 110.397 57.247 167.644 103.196 70.680 173.876 Circulante 9.781 - 9.781 - - - Não Circulante 157.865 - 157.865 - - - Total 167.644 - 167.644 - - - 20. Provisão para contingências - A Companhia tem processos judiciais de natureza trabalhista, civil, fiscal e tributária decorrente do curso normal de suas atividades. A Administração, baseada na opinião de seus advogados e outras evidências, constituiu provisão para aqueles processos, cujo desfecho é estimado como desfavorável à Companhia e cujo montante possa ser estimado com razoável segurança. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências: 31/03/2022 31/03/2021 Depósitos Judiciais 2.489 2.117 15.322 13.396 Trabalhistas e previdenciárias 4.885 - 4.885 4.577 Cíveis - - 2.768 2.768 Ambientais 17 - - - 196 Tributárias 417 - - - 196 2.660 2.117 25.003 23.077 A movimentação da provisão para demandas judiciais com risco de perda "pro-vel", em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021, está assim representada: 31/03/2022 31/03/2021 Contingências Contingências trabalhistas e gências previdenciárias cíveis ambientais Total Saldo em 1º/01/2020 11.783 1.226 11.363 24.372 Adições 4.315 11.369 6.238 21.922 Reversões (2.702) (12.138) (8.377) (23.217) Saldo em 31/03/2021 13.396 457 9.224 23.077 Adições 3.369 - - 3.369 Reversões (1.443) - - (1.443) Saldo em 31/03/2022 15.322 457 9.224 25.003

24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas 31/03/2022 31/03/2021 Reversão (provisão) para demandas judiciais 1.926 (1.295) Reversão (provisão) para perdas de estoques 107 (385) Provisão para perdas com adiamento a fornecedores (6.655) (3.331) Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa (61) 247 Baixas definitivas de contratos agrícolas 233 2.441 Acordado na baixa de imobilizado 237 (566) Resultado em processos trabalhistas (Nota 19) 10.561 5.566 Reversão (provisão) para despesas de juros sobre capital próprio (7.322) (3.309) Dividendos recebidos (ii) - 3 Outras receitas líquidas 3 1.340 (971) 2.487 (j) A Companhia através da Cooperus aderiu ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras (Reintegra). (ii) Os dividendos distribuídos no exercício findo em 31/03/2022 decorrentes do investimento mantido junto à Cooperus, e registrados nas demonstrações financeiras à custo, foram capitalizados no montante de R\$ 6.349, sendo o saldo remanescente dessa distribuição recebido integralmente na mesma data no valor de R\$ 972. Para o exercício findo em 31/03/2021 o valor registrado como dividendos foi integralmente recebido. 25. Resultado financeiro líquido 31/03/2022 31/03/2021 Despesa financeira (13.758) (19.419) Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (10.767) (6.362) Variação cambial passiva sobre financiamentos (7.201) (6.108) Despesas financeiras sobre partes relacionadas (7.201) - Juros sobre partes relacionadas (10.946) (24.131) Variação cambial passiva sobre partes relacionadas (6.529) (20.611) Outras despesas financeiras (49.201) (76.631) Receita financeira Gustavo Di Serio Dias - Diretor Financeiro

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - Visão geral - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado (preço e taxa de juros); • Risco operacional; e • Risco de estrutura de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, nos objetivos da Companhia, políticas de processos para mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas em longo dessas demonstrações financeiras. Estrutura de gerenciamento de risco - A Companhia dispõe de uma política de gestão de riscos que define as metodologias e instrumentos a serem aplicados para o permanente controle dos riscos aos quais ela está exposta. Tal política visa a criar mecanismo que permitam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, através da utilização de proteção para ativos e passivos. Os procedimentos e instrumentos utilizados para tal são avaliados pela administração e posteriormente propostos para aprovação do Conselho de Administração. Em 31 de março de 2022 e 2021, a Companhia não possui operações de hedge (instrumentos financeiros derivativos) em aberto. Instrumentos de gestão de riscos - a) Risco de crédito - A gestão do risco de crédito da Companhia é relacionada a clientes, no que pertence ao negócio de etanol hidratado e etanol anidro e centrada no relacionamento com a Cooperativa S.A. e suas controladas e com a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo Ltda. Para os demais negócios, subprodutos como bagaço de cana-de-açúcar e energia elétrica, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. b) Risco de liquidez - A Companhia opera com um nível de liquidez em grau de liquidez considerado adequado às suas operações e utiliza diversas fontes de recursos para o financiamento de suas atividades. Para suprir possíveis deficiências de liquidez ou descasamentos entre as disponibilidades com montantes vinculados no curto prazo, a Companhia conta com bons relacionamentos junto aos bancos comerciais atuantes no país, assim como com a possibilidade de obtenção de recurso junto ao seu controlador, UBE GRUPPEN AS. c) Risco de mercado - taxas de juros - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. d) Risco de mercado - preço - Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia, principalmente do etanol anidro e hidratado. A Administração avalia constantemente o mercado desses produtos e expectativas de preços, gerenciando o processo produtivo para os produtos com taxas de retornos esperadas mais atrativas. e) Risco operacional - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de erros humanos em processos, falhas de sistemas, falhas tecnológicas e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto risco de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. f) Risco de estrutura de capital - Decorre da escolha entre capital próprio (aporte de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

18. Salários e encargos sociais 31/03/2022 31/03/2021 Ordenados e salários 1.289 985 FCTs - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço 1.011 1.593 INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social 19 19 Contribuições sindicais 3.977 3.271 Provisão para férias 809 577 Acordos em processos trabalhistas (i) 13.135 19.713 20.436 26.130 Circulante 15.593 14.158 Não circulante 4.843 11.972 20.436 26.130 (i) Valor corresponde à acordos judiciais em processos trabalhistas cuja realização dos pagamentos foi acordada para ser de maneira parcelada. O montante registrado como passivo não circulante em março de 2022, refere-se às parcelas devidas a partir de abril de 2023. Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de março de 2022 têm a seguinte composição, por ano de vencimento: 31/03/2022 19.149 De 01/04/2023 a 31/03/2024 14.19 De 01/04/2024 a 31/03/2025 9.778 De 01/04/2025 a 31/03/2026 152 4.843

24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas 31/03/2022 31/03/2021 Reversão (provisão) para demandas judiciais 1.926 (1.295) Reversão (provisão) para perdas de estoques 107 (385) Provisão para perdas com adiamento a fornecedores (6.655) (3.331) Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa (61) 247 Baixas definitivas de contratos agrícolas 233 2.441 Acordado na baixa de imobilizado 237 (566) Resultado em processos trabalhistas (Nota 19) 10.561 5.566 Reversão (provisão) para despesas de juros sobre capital próprio (7.322) (3.309) Dividendos recebidos (ii) - 3 Outras receitas líquidas 3 1.340 (971) 2.487 (j) A Companhia através da Cooperus aderiu ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras (Reintegra). (ii) Os dividendos distribuídos no exercício findo em 31/03/2022 decorrentes do investimento mantido junto à Cooperus, e registrados nas demonstrações financeiras à custo, foram capitalizados no montante de R\$ 6.349, sendo o saldo remanescente dessa distribuição recebido integralmente na mesma data no valor de R\$ 972. Para o exercício findo em 31/03/2021 o valor registrado como dividendos foi integralmente recebido. 25. Resultado financeiro líquido 31/03/2022 31/03/2021 Despesa financeira (13.758) (19.419) Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (10.767) (6.362) Variação cambial passiva sobre financiamentos (7.201) (6.108) Despesas financeiras sobre partes relacionadas (7.201) - Juros sobre partes relacionadas (10.946) (24.131) Variação cambial passiva sobre partes relacionadas (6.529) (20.611) Outras despesas financeiras (49.201) (76.631) Receita financeira Gustavo Di Serio Dias - Diretor Financeiro

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - Visão geral - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado (preço e taxa de juros); • Risco operacional; e • Risco de estrutura de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, nos objetivos da Companhia, políticas de processos para mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas em longo dessas demonstrações financeiras. Estrutura de gerenciamento de risco - A Companhia dispõe de uma política de gestão de riscos que define as metodologias e instrumentos a serem aplicados para o permanente controle dos riscos aos quais ela está exposta. Tal política visa a criar mecanismo que permitam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, através da utilização de proteção para ativos e passivos. Os procedimentos e instrumentos utilizados para tal são avaliados pela administração e posteriormente propostos para aprovação do Conselho de Administração. Em 31 de março de 2022 e 2021, a Companhia não possui operações de hedge (instrumentos financeiros derivativos) em aberto. Instrumentos de gestão de riscos - a) Risco de crédito - A gestão do risco de crédito da Companhia é relacionada a clientes, no que pertence ao negócio de etanol hidratado e etanol anidro e centrada no relacionamento com a Cooperativa S.A. e suas controladas e com a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo Ltda. Para os demais negócios, subprodutos como bagaço de cana-de-açúcar e energia elétrica, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. b) Risco de liquidez - A Companhia opera com um nível de liquidez em grau de liquidez considerado adequado às suas operações e utiliza diversas fontes de recursos para o financiamento de suas atividades. Para suprir possíveis deficiências de liquidez ou descasamentos entre as disponibilidades com montantes vinculados no curto prazo, a Companhia conta com bons relacionamentos junto aos bancos comerciais atuantes no país, assim como com a possibilidade de obtenção de recurso junto ao seu controlador, UBE GRUPPEN AS. c) Risco de mercado - taxas de juros - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. d) Risco de mercado - preço - Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia, principalmente do etanol anidro e hidratado. A Administração avalia constantemente o mercado desses produtos e expectativas de preços, gerenciando o processo produtivo para os produtos com taxas de retornos esperadas mais atrativas. e) Risco operacional - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de erros humanos em processos, falhas de sistemas, falhas tecnológicas e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto risco de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. f) Risco de estrutura de capital - Decorre da escolha entre capital próprio (aporte de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

19. Partes relacionadas - Os passivos registrados junto à Controladora UBE GRUPPEN AS de R\$167.644 (R\$173.876 em março de 2021) referem-se a recursos recebidos para investimento em ativos biológicos e cobertura de capital de giro. A partir do exercício iniciado em abril de 2021 um dos contratos de mútuo entre a Companhia e sua controladora está sujeito a encargos financeiros apurados pela variação do certificado de depósito interbancário (CD) segundo o spread de 1% ao incidentes sobre o saldo devedor. O contrato de mútuo entre a Companhia e sua controladora não está sujeito a encargos financeiros, em função da controladora ser detentora da maioria dos recursos de capital social da Companhia. A movimentação do ano está demonstrada a seguir: 31/03/2022 31/03/2021 Con- trato 1º Con- trato 2º Total Con- trato 1º Con- trato 2º Total Saldo inicial 103.196 70.680 173.876 103.196 43.360 146.556 Despesas apropriadas - - - - 6.108 6.108 Variação cambial apropriada - (14.333) (14.333) - 21.212 21.212 Juros apropriados 7.201 - 7.201 - - - Saldo final 110.397 57.247 167.644 103.196 70.680 173.876 Circulante 9.781 - 9.781 - - - Não Circulante 157.865 - 157.865 - - - Total 167.644 - 167.644 - - - 20. Provisão para contingências - A Companhia tem processos judiciais de natureza trabalhista, civil, fiscal e tributária decorrente do curso normal de suas atividades. A Administração, baseada na opinião de seus advogados e outras evidências, constituiu provisão para aqueles processos, cujo desfecho é estimado como desfavorável à Companhia e cujo montante possa ser estimado com razoável segurança. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências: 31/03/2022 31/03/2021 Depósitos Judiciais 2.489 2.117 15.322 13.396 Trabalhistas e previdenciárias 4.885 -